



**Relatório e Contas**  
**do**  
**Exercício de 2019**

Sede: Rua Abranches Ferrão, n.º 10, 14.º

1600-001 Lisboa

Pessoa Colectiva: 501 764 852



Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

## Balanço Individual a 31 de Dezembro de 2019

Em 31 de Dezembro de 2019

Valores em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	521 563,03	446 062,14
Activos fixos Intangíveis			
		521 563,03	446 062,14
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	6	18 755,00	12 665,48
Outros Ativos Correntes	8	48 979,18	36 907,27
Diferimentos	9	6 083,20	937,75
Caixa e depósitos bancários	10	652 454,54	796 165,04
		726 271,92	846 675,54
		1 247 834,95	1 292 737,68
<b>Total do activo</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11	164 136,77	164 136,77
Resultados transitados	12	1 021 992,08	758 045,20
Resultado líquido do período		-44 563,71	267 522,13
<b>Total do fundo patrimonial</b>		1 141 565,14	1 189 704,10
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	2 073,30	5 578,44
Estado e outros entes públicos	7	1 122,25	1 090,22
Outros Passivos Correntes	14	100 074,26	81 364,92
Diferimentos	9	3 000,00	15 000,00
		106 269,81	103 033,58
<b>Total do passivo</b>		106 269,81	103 033,58
		1 247 834,95	1 292 737,68
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>			

O Contabilista Certificado

O Tesoureiro



Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Valores em EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	15	299 624,06	320 184,03
Subsídios doações e legados à exploração		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-261 494,58	-182 472,13
Gastos com o pessoal	17	-69 490,15	-70 786,45
Outros rendimentos	10,18	134,28	7 523,98
Outros rendimentos - Alienação Sede	18	0,00	200 160,27
Outros gastos	18	-5 995,50	-1 950,94
<b>Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos</b>		<b>-37 221,89</b>	<b>272 658,76</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8 062,44	-10 135,21
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)</b>		<b>-45 284,33</b>	<b>262 523,55</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19	720,62	4 998,58
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-44 563,71</b>	<b>267 522,13</b>
Impostos sobre rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-44 563,71</b>	<b>267 522,13</b>

O Contabilista Certificado

O Tesoureiro



Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Valores em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		268 271,00	321 111,82
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		-15 200,00	-16 350,00
Pagamentos a fornecedores		-269 671,19	-182 245,62
Pagamento ao pessoal		-44 054,24	-43 748,56
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-60 654,43</b>	<b>78 767,64</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1 064,56	7 072,78
<b>Fluxos de caixa actividades operacionais (1)</b>		<b>-61 718,99</b>	<b>85 840,42</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamento respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-83 563,33	-421 562,02
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	266 666,66
Juros e rendimentos similares		1 571,26	3 485,50
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)</b>		<b>-81 992,07</b>	<b>-151 409,86</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Realização de fundos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)</b>		<b>-143 711,06</b>	<b>-65 569,44</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0,56</b>	<b>100,15</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>796 165,04</b>	<b>861 634,33</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	10	<b>652 454,54</b>	<b>796 165,04</b>

O Contabilista Certificado

O Tesoureiro



## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

No Período de 2018

Valores em EUROS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	164 136,77	747 645,85	0,00	-33 712,23	878 070,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido			-33 712,23		33 712,23	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			44 111,58			44 111,58
	2	0,00	10 399,35	0,00	33 712,23	44 111,58
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				267 522,13	267 522,13
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				301 234,36	3 116 33,71
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						0,00
Outras operações						0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1+2+3+5	164 136,77	758 045,20	0,00	267 522,13	1 189 704,10

No Período de 2019

Valores em EUROS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	164 136,77	758 045,20	0,00	267 522,13	1 189 704,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido			267 522,13		-267 522,13	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-3 575,25			-3 575,25
	7	0,00	263 946,88	0,00	-267 522,13	-3 575,25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				-44 563,11	-44 563,11
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				-3 12 085,24	-48 138,36
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						0,00
Outras operações						0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	164 136,77	1 021 992,08	0,00	-44 563,11	1 141 565,74

Contabilista Certificado

O Tesoureiro



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

### **Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

#### **1. Caracterização da entidade**

A Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED), pessoa colectiva número 501 764 852, foi constituída por escritura pública celebrada em 13 de novembro de 1986. A SPED, pessoa coletiva de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, II Série de 10/11/1989, tem a sua sede na Rua Abranches Ferrão, n.º 10, 14.º Andar, em Lisboa. A Sociedade é uma Associação Científica sem fins lucrativos, com o CAE atribuído n.º 94120, e tem como objeto:

- . Promover o desenvolvimento da Endoscopia ao serviço da saúde da população portuguesa;
- . Promover e difundir a atualização de ideias, conhecimentos e trabalhos em matéria de endoscopia digestiva;
- . Estimular a investigação na área da endoscopia digestiva;
- . Promover contatos e o intercâmbio nacional e internacional entre os profissionais ligados à endoscopia digestiva;
- . Desenvolver actividades educacionais conducentes à formação e aperfeiçoamento de médicos e outros técnicos em endoscopia digestiva;
- . Contribuir para o estabelecimento de normas de treino e prática em endoscopia digestiva;
- . Zelar para que as actividades relacionadas com a endoscopia digestiva sejam realizadas nas melhores condições técnicas, por profissionais competentes;

As divulgações exigidas pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), em que não é fornecida qualquer informação, significa que a alínea não se aplica a esta entidade, ou cuja informação não é relevante para o completo entendimento das Demonstrações Financeiras apresentadas.

#### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

##### **a) Referencial Contabilístico**

No exercício em análise, as demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e Aviso 8259/2015 de 29 de julho, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A entidade aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do SNC, e que corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, actividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo, designadamente associações, pessoas colectivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações.



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A adopção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) ocorreu pela primeira vez em 2012, exercício em que a norma passou a ser obrigatória.

### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### c) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

### d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e são classificados como activos e/ou passivos não correntes.

### e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

### f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

### g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

### 3. Principais políticas contabilísticas

De acordo com a Direcção da associação, as principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da sociedade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

As taxas cambiais aplicadas nas presentes demonstrações financeiras foram as seguintes:

Moeda	Taxa Câmbio 31/12/2019
US Dollars	1,119

#### 3.2. Activos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas anualmente, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo	Anos de vida útil
Terrenos e Recursos Naturais	0
Edifícios e Outras Construções	0
Equipamento Básico	3 - 20
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro e Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, diminuídos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Existindo activos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, os mesmos poderão ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Todos os activos fixos tangíveis que consistam em património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

No exercício de 2019, foi decidido pela Direcção da Sociedade que, tanto o edifício da sede, adquirido em 2018, como as obras que decorreram no exercício de 2018 e 2019, não irão sofrer depreciações para além das já contabilizadas, uma vez que a Direcção entende que o edifício não perderá valor. Esta situação será reavaliada sempre que seja necessário.

### 3.3. Imposto sobre o rendimento

A SPED possui o estatuto de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, II Série de 10/11/1989. Neste âmbito, e nos termos do n.º 2 do artigo 10º do Código do Imposto sobre Rendimento das pessoas coletivas e Despacho 601/2008 do Diário da República, 2.ª Série de 7 de janeiro, foi concedida a SPED isenção de IRC nas rubricas de rendimentos obtidos no desempenho da sua atividade, bem como nas rubricas de rendimentos prediais capitais e incrementos patrimoniais.

Nos exercícios de 2019 e 2018 os rendimentos da SPED encontram-se isentos de imposto, nomeadamente donativos e subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (isentos de acordo com o artigo 54.º do CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da associação dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Direcção da associação entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

### 3.4. Clientes e outros valores a receber

Os donativos e subsídios recebidos são registados pelo seu valor nominal, as operações são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos nas rubricas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

### 3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.7. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), se aplicável, abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços com excepção das quotas cujo rendimento é reconhecido no seu recebimento. Os juros e royalties são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos Correntes" registam-se os rendimentos e os gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas ocorrerão em exercícios futuros. Na rubrica "Diferimentos" registam-se as receitas e as despesas já ocorridas respeitantes a exercícios futuros, a imputar aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A política ou políticas contabilísticas a aplicar a determinado item será a que decorrer do capítulo da NCRF-ESNL que especificamente tratar da subjacente transacção, outro acontecimento ou condição. As políticas contabilísticas aplicáveis à entidade constam da nota anterior.

As políticas contabilísticas da entidade foram aplicadas consistentemente para transacções semelhantes, outros acontecimentos e condições, a menos que determinado capítulo desta Norma especificamente exija ou permita a categorização de itens para os quais possam ser apropriadas diferentes políticas.

Não existiram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, alterações de estimativas ou correcção de erros nas demonstrações financeiras apresentadas, à excepção da alteração mencionada no ponto 3.2 do presente relatório.

## 5. Activos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos activos tangíveis, foi o seguinte:



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transfer.	Regularização	Saldo em 31-Dez-18
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	92 019,91	-16 626,60	0,00	16 626,60	92 019,91
Edifícios e outras construções	0,00	276 059,54	-49 879,79	0,00	49 879,79	276 059,54
Equipamento básico	105 353,87	0,00	0,00	0,00	0,00	105 353,87
Equipamento administrativo	11 748,14	0,00	0,00	0,00	0,00	11 748,14
Outros activos fixos tangíveis	2 147,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2 147,87
Investimentos em curso	0,00	55 819,72	0,00	0,00	0,00	55 819,72
	<u>119 249,88</u>	<u>423 899,17</u>	<u>-66 506,39</u>	<u>0,00</u>	<u>66 506,39</u>	<u>543 149,05</u>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	5 521,18	0,00	0,00	0,00	5 521,18
Equipamento básico	73 055,69	4 614,03	0,00	0,00	0,00	77 669,72
Equipamento administrativo	11 748,14	0,00	0,00	0,00	0,00	11 748,14
Outros activos fixos tangíveis	2 147,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2 147,87
	<u>86 951,70</u>	<u>10 135,21</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>97 086,91</u>
	<u>32 298,18</u>					<u>446 062,14</u>
31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transfer.	Regularização	Saldo em 31-Dez-19
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	92 019,91	0,00	0,00	0,00	0,00	92 019,91
Edifícios e outras construções	276 059,54	60 488,25	0,00	55 819,72	0,00	392 367,51
Equipamento básico	105 353,87	0,00	0,00	0,00	0,00	105 353,87
Equipamento administrativo	11 748,14	23 075,08	0,00	0,00	0,00	34 823,22
Outros activos fixos tangíveis	2 147,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2 147,87
Investimentos em curso	55 819,72	0,00	0,00	-55 819,72	0,00	0,00
	<u>543 149,05</u>	<u>83 563,33</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>626 712,38</u>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	5 521,18	0,00	0,00	0,00	0,00	5 521,18
Equipamento básico	77 669,72	4 614,03	0,00	0,00	0,00	82 283,75
Equipamento administrativo	11 748,14	3 448,41	0,00	0,00	0,00	15 196,55
Outros activos fixos tangíveis	2 147,87	0,00	0,00	0,00	0,00	2 147,87
	<u>97 086,91</u>	<u>8 062,44</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>105 149,35</u>
	<u>446 062,14</u>					<u>521 563,03</u>

A SPED é proprietária de 1/3 do Imóvel onde se situa a sede da entidade, contudo, até 2017, esse bem não se encontrava contabilizado na Sociedade.

Em 2018 a Direcção decidiu proceder a sua contabilização, tendo sido mesma registada pelo valor de 66.506,39 euros. Em 2018, a SPED procedeu a alienação do imóvel em questão e à aquisição da sua nova Sede, pelo montante de 368.079,45 euros, que corresponde 1/3 do valor do imóvel.

Em 2018 procedeu-se a investimentos em melhoramentos na nova sede, que apenas estarão concluídos em 2019. Este investimento ascendia, em 31/12/2018 a 55.819,72 euros.

No exercício de 2019, a SPED procedeu à conclusão das obras no edifício da sede, tendo investido 60.488,25€. O total de investimentos nas obras da sede foi de 116.307,97€, sendo que 55.819,72€ já tinham sido dispendidos em 2018, e registado na rubrica de ativos em curso.

No exercício de 2019, foi decidido pela Direcção da Sociedade que, tanto o edifício da sede, adquirido em 2018, como as obras que decorreram no exercício de 2018 e 2019, não irão sofrer depreciações para além das já contabilizadas, uma vez que a Direcção entende que o edifício não perderá valor. Esta situação será reavaliada sempre que seja necessário.



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

### 6. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição por rubricas:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<b>Clientes</b>		
Clientes conta corrente	18 755,00	12 665,48
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
	<u>18 755,00</u>	<u>12 665,48</u>
Perdas por imparidade acum.	0,00	0,00
	<u>18 755,00</u>	<u>12 665,48</u>

A composição da rubrica de clientes a 31 de Dezembro de 2019 por entidades e serviço era a seguinte:

	<u>Valor</u>	<u>Serviço</u>
<b>Clientes</b>		
Boston Cientific	14 525,00	Bolsa Estágio / Apoio Newsletter
PharmaKern	3 000,00	Apoio LG 2020
Outros	1 230,00 €	Inscrições / Apoios
	<u>18 755,00</u>	

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2019 apresentava-se como segue:

	<u>&lt; 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>12 a 18 meses</u>	<u>18 a 24 meses</u>	<u>&gt; 24 meses</u>	<u>Total</u>
Clientes c/c	18 275,00	400,00	0,00	80,00	0,00	18 755,00
Clientes Indif.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>18 275,00</u>	<u>400,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>18 755,00</u>

### 7. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado apresenta os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<b>Passivo</b>		
Retenções na Fonte (IRS/IRC)	311,00	295,00
Segurança Social	811,25	795,22
	<u>1 122,25</u>	<u>1 090,22</u>

### 8. Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha a seguinte composição:



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<b><i>Acréscimos de Rendimento</i></b>		
Juros a receber	664,32	1 514,96
Faturação a emitir	15 300,00	4 293,73
Redebito de Despesas	32 054,37	30 147,56
	<u>48 018,69</u>	<u>35 956,25</u>
<b><i>Outros Devedores</i></b>		0,00
Pessoal	27,15	274,68
Fornecedores Saldos Dev.	933,34	676,34
	<u>960,49</u>	<u>951,02</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>48 979,18</u>	<u>36 907,27</u>

A rubrica de faturação a emitir inclui o valor de 15.000 referente a apoios a receber.

A rubrica de redébito de despesas refere-se ao valor apurado como sendo gastos suportados em 2019 pela SPED com a sede, e que serão faturados à Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado (APEF) e Sociedade Portuguesa de Gastreenterologia (SPG) em 2020.

### 9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<b>Diferimentos ( Activo )</b>		
Eventos	5 951,71	812,00
Trabalhos especializados	131,49	125,75
	<u>6 083,20</u>	<u>937,75</u>
<b>Diferimentos ( Passivo )</b>		
Eventos	3 000,00	15 000,00
	<u>3 000,00</u>	<u>15 000,00</u>

### 10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Caixa	300,00	0,00
Depósitos à ordem	256 654,54	451 665,04
Depósitos à prazo	395 500,00	344 500,00
	<u>652 454,54</u>	<u>796 165,04</u>



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

A rubrica de depósitos à ordem inclui uma conta em dollars, conforme se discrimina infra:

Moeda	Taxa Câmbio 31/12/2019	Unidade Monetárias	Conversão Euros
US Dollars	1,119	0,00	0,00

  

Saldo Contabilístico 31/12/2019	Saldo Ajustado Câmbio 31/12/2019	Diferença Cambial
0,00	0,00	0,00

### 11. Fundos

A rubrica de fundos ascende ao valor de 164.136,77 euros, mantendo-se idêntico ao exercício anterior

### 12. Resultados transitados

O movimento ocorrido na rubrica de resultados transitados foi o seguinte:

Natureza	Saldo Inicial 01/01/2019	Aumentos	Reduções	Saldo Final 31/12/2019
Saldo Inicial	758 045,20	0,00	0,00	758 045,20
Resultado Líquido 2018	0,00	267 522,13	0,00	267 522,13
Outras regularizações	0,00	0,00	3 575,25	-3 575,25
	<u>758 045,20</u>	<u>267 522,13</u>	<u>3 575,25</u>	<u>1 021 992,08</u>

### 13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Fornecedores conta corrente	2 073,30	5 578,44
	<u>2 073,30</u>	<u>5 578,44</u>

### 14. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Outros Passivos Correntes" tinha a seguinte composição:



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Acréscimos de Gastos:		
Remunerações a liquidar	5 958,90	5 842,08
Imi	856,08	0,00
Eventos	17 371,00	12 390,00
Redêbito de Despesas	66 572,34	54 470,03
Outros Credores Diversos	9 315,94	8 662,81
	<u>100 074,26</u>	<u>81 364,92</u>

### 15. Vendas e serviços prestados e Subsídios, doações e legados à exploração

O rédito relacionado com uma transacção é reconhecido de acordo com a política contabilística descrita no Ponto 3. Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os valores de rédito registados foram os seguintes:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31/dez/18</u>
<b>Vendas e serviços prestados:</b>		
Quotizações	25 628,35	14 246,32
Jornadas Lusogalaicas	0,00	24 007,00
Escola SPED	3 800,00	3 548,00
Semana Digestiva	108 666,38	138 809,15
Reunião Anual	23 875,00	32 651,00
Live Sped	19 790,00	0,00
Prémios e Bolsas	4 200,00	5 350,00
Publicações	6 425,00	6 425,00
Comparticipação Despesas	32 054,37	30 147,56
Outros Apoios	75 184,96	65 000,00
	<u>299 624,06</u>	<u>320 184,03</u>
<b>Subsídios, doações e legados à exploração:</b>		
Donativos recebidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>299 624,06</u>	<u>320 184,03</u>

### 16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Trabalhos Especializados	94 105,28	40 370,78
Publicidade e Propaganda	929,96	775,35
Vigilância e Segurança	788,87	606,99
Honorários	3 207,00	7 831,28
Comissões	0,00	79,34
Conservação e Reparação	4 299,35	3 169,98
Ferramentas e Utensílios	330,30	195,87
Material de Escritório	3 763,53	1 768,01
Livros e Doc. Técnica	0,00	31 385,86
Electricidade	1 057,30	843,72
Água	56,21	124,00
Deslocações e Estadas	6 386,06	8 691,48
Transporte de Pessoal	0,00	57,00
Transportes	861,00	88,93
Rendas e Alugueres	297,68	466,11
Comunicação	2 683,28	2 219,20
Seguros	602,55	0,00
Contencioso e Notariado	75,00	174,96
Limpeza, Higiene e Conforto	309,89	403,67
Despesas Diversas Eventos	141 741,32	83 120,04
Serviços Bancários	0,00	99,56
	<u>261 494,58</u>	<u>182 472,13</u>

### 17. Gastos com o pessoal

Em 2019 e 2018 os gastos com pessoal apresentaram os seguintes montantes:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	37 046,83	37 780,71
Encargos sobre remunerações	7 403,79	6 988,19
Outros gastos com pessoal	25 039,53	26 017,55
	<u>69 490,15</u>	<u>70 786,45</u>

### 18. Outros rendimentos e gastos

Os outros gastos e perdas e outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

<b>Outros Rendimentos</b>	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,56	100,15
Rendimentos em invest. não financeiros	0,00	200 160,27
Correções Exercícios anteriores	89,10	7 423,72
Outros rendimentos	44,62	0,11
	<u>134,28</u>	<u>207 684,25</u>



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

<b>Outros Gastos</b>	<b>31-Dez-19</b>	<b>31-Dez-18</b>
Correções Exercícios Anteriores	903,50	60,08
IMI	856,09	0,00
Quotizações	3 080,00	1 890,00
Outros gastos	1 155,91	0,86
	<b>5 995,50</b>	<b>1 950,94</b>

No exercício de 2018, a antiga sede foi alienada, gerando uma mais valia de 200.160,27euros.

### 19. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	<b>31-Dez-19</b>	<b>31-Dez-18</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	720,62	4 998,58
	<b>720,62</b>	<b>4 998,58</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>720,62</b>	<b>4 998,58</b>

### 20. Impostos sobre o Rendimento

A SPED possui o estatuto de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, II Série de 11/10/1989. Neste âmbito, e nos termos do n.º 2 do artigo 10º do Código do Imposto sobre Rendimento das pessoas coletivas e Despacho 601/2008 do Diário da República, 2.ª Série de 7 de janeiro, foi concedida a SPED isenção de IRC nas rubricas de rendimentos obtidos no desempenho da sua atividade, bem como nas rubricas de rendimentos prediais capitais e incrementos patrimoniais.

### 21. Eventos subsequentes

A Direcção não conhece à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019 da SPED

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A Direcção entende mencionar o seguinte :

- No passado dia 11 de Março, a Organização Mundial de Saúde qualificou como pandemia internacional a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID 19, constituindo assim uma calamidade pública;

-Esta doença evoluiu rapidamente a nível internacional, em particular na União Europeia, sendo que Portugal foi igualmente afetado pela pademia COVID 19, com diversos casos positivos da doença;

- Em 18 de Março de 2020, foi declarado pelo Presidente da República o estado de Emergência em Portugal, com o obetivo de serem adotadas medidas de contenção da doença;

- Na regulamentação do estado de emergência, o Governo decretou diversas medidas para evitar a propagação da doença e o risco de contágio, medidas estas que passam pela restrição do contacto entre pessoas e a deslocação das mesmas e à necessidade de confinamento;



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

- Nestas medidas constam o encerramento de todas as atividades não essenciais que originem o ajuntamento de pessoas bem como a restrição de circulação em vias públicas e a obrigação de distanciamento social;

- As restrições motivadas pelo alastramento da pandemia COVID-19 em Portugal e no Mundo, não tiveram, até à data, impacto nas operações da Sociedade;

-No entanto, tais restrições e o prolongamento das mesmas poderão afetar negativamente os resultados das operações e a posição financeira da Sociedade no ano de 2020, sendo que, no contexto atual, não é possível uma quantificação dos possíveis impactos associados a essa situação.

- A Direcção continua a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com o alastramento da doença, adotando as medidas necessárias à proteção da saúde dos seus colaboradores e à salvaguarda da continuidade das operações da Empresa, nomeadamente no que se refere à contenção de custos e à manutenção de um nível de liquidez adequado para cumprimento das suas obrigações.

### 22. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º da Lei 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo) a Direcção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Contabilista Certificado

O Tesoureiro



## Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)

### **Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Associados,

No uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 29.º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal apresentar o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas da Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED) apresentados pela Direcção, respeitantes ao exercício de 2019.

No decorrer do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou a acção fiscalizadora, no âmbito das suas competências, através do acompanhamento regular da gestão da Associação, análise da documentação considerada relevante e verificação das políticas contabilísticas adoptadas e das Demonstrações Financeiras.

É nossa opinião que o Relatório da Direcção, o Balanço, a Demonstração de Resultados e as respectivas Notas Explicativas relativas a 31 de Dezembro de 2019 se encontram em conformidade com as disposições legais e estatutárias e apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira da Associação naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos pelo Sistema de Normalização Contabilísticas (SNC) mais especificamente a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

Perante o exposto o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório e Contas relativos ao Exercício de 2019;
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Direcção pela forma como dirigiu a SPED e na defesa dos interesses dos seus Associados, bem como pela colaboração que nos prestou sempre que a mesma lhes foi solicitada.

Lisboa, 15 de Março de 2020

O Conselho Fiscal

A. Dias Pereira



**PROVA REAL**  
Gabinete de Contabilidade, Lda.

À  
Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED)  
Rua Abranches Ferrão, n.º 10, 14.º  
1600-001 Lisboa

Lisboa, 11 de Março de 2020

Exmos. Senhores,

No exercício de 2019 fomos responsáveis pela execução da contabilidade e elaboração das Demonstrações Financeiras e respectivos anexos da Sociedade Portuguesa de Endoscopia Digestiva (SPED), em conformidade com as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), particularmente na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL).

É nossa opinião que os documentos de prestação de contas relativos a 31 de Dezembro de 2019, se encontram em conformidade com as disposições legais e estatutárias e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da Associação e o resultado das suas operações, bem como a existência de um sistema de controlo interno apropriado.

Ficamos desde já à Vossa disposição para qualquer esclarecimento ou solicitação adicional que possa existir sobre os documentos agora apresentados.

O Contabilista Certificado

António Fernandes Pereira (CC 16.010)

SEDE E ESCRITÓRIO:	Telex: +351 217 543 650	Contrib.: 502 151 838
_____ Cp. Grande 380 BL C – Porta K	_____ Fax: +351 217 543 659	_____ CRC Lisboa n.º 660
_____ Piso -1 – Escritório I	_____ E-mail: provareal@netcabo.pt	_____ C. Social: 10.000 euros
_____ 1700-097 Lisboa		